

CAMPANHA INTERNACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MAXAKALI (MG)

Dulcina Tereza Bonati Borges

Boletim CDHIS, 10 (19)
1997

Lançada no dia 24 de outubro de 1995, a Campanha Internacional pela regularização do território Maxakali teve como objetivo assegurar a conclusão do procedimento de regularização da área pertencente a este povo indígena, iniciado em 1992, quando foi elaborado o Laudo Maxakali. Nele foram reunidas informações que comprovam a posse imemorial dos Maxakali, situados no município de Bertópolis (MG), sobre a área intermediária entre duas glebas em que vivem, e que se encontrava invadida por fazendeiros.

Esta Campanha contou com o apoio de diversos setores da sociedade civil organizada e foi lançada em diversos locais de forma a sensibilizar a opinião pública para a homologação das terras destes povos e retirada dos fazendeiros invasores de seu território. Com esta proposta, o Museu do Índio da UFU, juntamente com o CIMI leste, organizaram um grande evento, no dia 15 de março de 1996, junto às escolas das redes, pública, municipal e particular de Uberlândia e autoridades locais, além do público universitário. Este programa contou com a presença de três famílias de índios Maxakali, da antropóloga, Mirian Martins (UFMG), que participou da elaboração do dossiê dos Maxakali e da assessora de imprensa, Adriana Braga, de Belo Horizonte.

Foi realizado, às 14:00 horas, no Anfiteatro do Bloco B, do Campus Santa Mônica, o lançamento oficial da Campanha com a apresentação dos Maxakali às crianças, que tiveram oportunidade de acompanhá-los em suas danças rituais, conhecendo sua situação atual através de exposições de vídeo e fotos. Às 20:00 horas, no Anfiteatro do CDHIS, do Bloco Q, do Campus Santa Mônica, houve palestra, debates e coquetel com convidados especiais. A VII Mostra de Cultura Indígena do Museu do Índio da UFU, cujo tema foi: "Maxakali: Sobrevivência Cultural em Minas Gerais", privilegiava a temática em discussão, através do rastreamento histórico e estudo de sua cultura simbólico/material. Aprofundando no conhecimento dos seus projetos humanos nos abrimos a uma investigação e questionamentos mais amplos com os alunos que realizaram trabalhos no Museu no ano de 96. A Campanha divulgou cartazes, folders, e um abaixo-assinado, que foi entregue ao Governo Federal em Abril.

Em Junho, escrevemos um artigo para o **Diálogo Ibero-americano Revista para las Universidades de Habla Española Y Portuguesa**, no 4, p. 25, mostrando a situação dos Maxakali e o movimento que era feito juntamente com outras Universidades em prol desta Campanha. As assinaturas exigindo a regularização do território foram recolhidas também na Áustria, Alemanha, Holanda, Canadá. Finalmente, depois de várias visitas dos índios à Brasília, em Novembro, deste mesmo ano, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, homologou oficialmente as terras dos Maxakali e deu início a um processo de indenização dos fazendeiros com benfeitorias locais, para assentar os mesmos.

Originalmente os Maxakali constituíam um povo caçador e coletor. Ao longo de sua trajetória, a economia Maxakali sofreu transformações, primeiramente devido a fatores ecológicos, depois ao processo de contato com os brancos. Segundo Nimuendajú, em 1936, os Maxakali já viviam sobretudo da lavoura. Desenvolveram uma agricultura voltada, principalmente para o plantio da mandioca, arroz, milho, feijão e batata-doce. A caça foi reduzida pela ganância dos negociantes de couros e silvestres e a pesca exercida com anzóis, puçás e timbó sempre teve pouca importância. Hoje, a sociedade Maxakali é totalmente impossibilitada de grandes deslocamentos, como fazia no período da colonização, não só pela sua atividade agrícola, mas, também pela ocupação das terras contíguas pela sociedade envolvente. As terras dos Maxakali foram vendidas por um aventureiro, Joaquim Fagundes Martins, de Joaima (MG), que conheceu

os índios em 1914 passando a viver com eles. A partir desta data ganhou a confiança deles, apossou-se de suas terras, fez "benfeitorias" com a "mão-de-obra" Maxakali, depois vendeu quase todas as terras deixando os índios na mendicância.

A criação do Posto Indígena "Engenheiro Mariano de Oliveira", entre os Maxakali, data de 1940. O objetivo era solucionar o problema das Antropológico terras ocupadas por posseiros. A primeira administração logo conseguiu recuperar a gleba de Água Boa, e mais tarde, Pradinho, para os índios. Lamentavelmente, apesar de terem construído duas casas provisórias de madeira e telha colonial destinadas a servir de escola e enfermaria, a assistência aos Maxakali sempre foi insuficiente por falta de verbas, de pessoal especializado e falta de autoridade para se impor frente aos latifundiários e políticos, locais, interessados em espoliar a terra indígena.

A aparente aculturação dos Maxakali, verificada através da assimilação de práticas e valores secundários, como o vestuário e alimentação, convive ao mesmo tempo com a conservação da organização social e cultural, inclusive a linguagem. O processo de traçar a descendência é patrilinear e a tradição oral é muito forte. Têm uma acentuada divisão sexual do trabalho que regula a vida social e conservam os "gestos" de produção de cultura material. Nesse sentido, a ETNICIDADE, segundo a arqueóloga da USP, Márcia Angelina Alves, constitui um dos aspectos da identidade social do grupo e consiste de uma alternativa na luta atual pela sobrevivência destes povos. A religião ainda tem como efeito o conagração das pessoas. Todos participam das festas religiosas exercendo papéis socialmente definidos dentro do cerimonial. Existe o culto aos mortos e também ao sol e à lua, porém, o que tem mais importância é o culto a certos espíritos protetores que simbolizam figuras humanas míticas ou animais.

A partir dos conflitos até hoje não solucionados, na convivência entre os Maxakali e os fazendeiros locais, as violências praticadas contra os índios aumentam a cada dia. Dando provas de resistência, eles continuam a viver neste ambiente hostil, buscando adaptar-se às novas contingências e necessidades vitais. Dentre estas estratégias estão os saques e roubos aos assentamentos de posseiros e luta armada com arcos, flechas e algumas espingardas velhas.

Sua população, que conta atualmente com 750 índios, necessita urgentemente da posse da terra para garantir a conservação de seus direitos físicos, culturais e religiosos. Com o decreto, n. 1.775, assinado no início de 96, os invasores poderiam requerer a reavaliação da área demarcada o que embargaria o processo de regularização da terra dos Maxakali. A homologação oficial das terras pelo Presidente da República reverteu este quadro dando uma nova chance de sobrevivência a este povo tão sofrido. Desta experiência ficou registrado a importância da conscientização da população acerca dos problemas que enfrentam nossos índios que atualmente se resumem numa palavra: TERRA.

Bibliografia

- ALVES, Márcia Angelina. Relatório sobre a permanência das manifestações de Identidade Étnica na Cultura Material dos Maxakali. São Paulo: USP, 1992 (mimeo)
- AMORIN, Maria Stella de. "A situação dos Maxakali" In: Revista Institucional das Ciências Sociais, n. 4, Rio: Museu do Índio, 1967.
- CIMI Maxakali na Luta pela Vida. Teófilo Otoni, 1984, 27 p. (mimeo)
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA (CEDEFES). A luta dos Índios pela Terra. Contribuição à História Indígena de Minas Gerais, Contagem: Cooperativa Editora e de Cultura Médica Ltda., 1987.
- RUBINGER, Marcos Magalhães. AMORIN, Maria Stella de. MARCOTO, Sônia de Almeida. Índios Maxakali: Resistência ou Morte. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.
- PARAISO, M. Hilda B. Os Maxakali: Aqueles que voltaram para casa, mimeo.

* Historiadora, responsável pela pesquisa do Museu do Índio